

Caderno de Questões



Prefeitura Municipal de Capim/PB

CONCURSO PÚBLICO PARA
PROVIMENTO DO CARGO DE

**ANALISTA
ADMINISTRATIVO**

Nome do candidato

Você recebeu do fiscal este Caderno de Questões da prova objetiva:

1. Verifique se o mesmo corresponde à sua opção de cargo, caso contrário, comunique tal fato imediatamente ao fiscal da sala, pois não serão aceitas reclamações posteriores;
2. Para cada questão existe apenas UMA única alternativa adequada.
3. O candidato deverá permanecer obrigatoriamente em sala, por questões de segurança, durante o período mínimo de 01 (uma) hora após o início da prova.
4. O tempo disponível para a realização da prova corresponde a 03 (três) horas, intervalo este que compreende não só a resolução das questões objetivas, mas também o preenchimento do cartão-resposta.
5. Reserve pelo menos os 20 minutos finais para marcar seu cartão-resposta.
6. Os rascunhos e as marcações assinaladas no presente caderno de questões não serão considerados na avaliação.
7. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, devolva-lhe o cartão-resposta e o caderno de questões devidamente assinados, não sendo permitido destacar folhas do caderno de questões.
8. Saia do prédio em silêncio, pois não será permitida a permanência de nenhum candidato após o término da prova, nem qualquer aglomeração nos corredores ou arredores do prédio da realização das provas.

O candidato estará sujeito à eliminação do concurso nas seguintes situações:

1. Ausentar-se da sala em que se realiza a prova levando consigo o caderno de questões da prova objetiva e/ou o cartão-resposta.
2. Utilizar-se, durante a realização da prova, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como rádios gravadores, "headphones", telefones celulares ou fonte de consulta de qualquer espécie;
3. Comunicar-se com qualquer outro candidato;
4. Deixar de assinar o cartão-resposta.
5. Faltar com o devido respeito ante a autoridade do fiscal de sala ou qualquer outro membro da aplicação do concurso.

Divulgação das provas e do gabarito preliminar:

A prova e o gabarito preliminar serão divulgados nos prazos assinalados no edital do concurso no seguinte endereço eletrônico: www.facetconcursos.com.br

**CONCURSO PÚBLICO PARA
PROVIMENTO DO CARGO DE****ANALISTA ADMINISTRATIVO****PORTUGUÊS**

Leia o texto abaixo e, em seguida, responda às questões pertinentes:

A coisa está branca
(Ferreira Gullar)

Embora todo mundo já tenha escrito sobre a tal cartilha que a Secretaria Especial de Direitos Humanos do governo federal elaborou e editou, também vou meter o bedelho no assunto. Vocês hão de lembrar que sobre o papa eu não escrevi, que de papa eu não entendo; de cartilha também não, mas querer nos ensinar que pega mal usar expressões como “farinha do mesmo saco” indica que esse pessoal do Lula ou não tem mesmo o que fazer ou está a fim de nos encher o saco (com perdão da palavra politicamente incorreta).

Essa coisa de censurar palavras e expressões nascidas do falar popular é uma mania que de vez em quando aflora. Não faz muito, surgiu uma onda exigindo que se expurgassem dos dicionários palavras como “judiação” ou “judiar”, sob o argumento de que são expressões antissemitas. Bastava pensar um pouco para ver que tais palavras não se referem aos judeus, e sim a Judas Iscariotes, isto é, à malhação do Judas no Sábado de Aleluia. Judiar ou fazer judiação é submeter alguém a maus-tratos semelhantes aos que a molecada faz com o boneco de Judas.

Outra expressão que a ignorância rancorosa considera insulto racista é “a coisa está preta”, que, na verdade, como se sabe, alude ao acúmulo de nuvens negras no céu no momento que precede as tempestades. Assim, quando alguém pressente que as coisas estão se complicando, usa aquela expressão. Pois acreditem vocês que um conhecido meu, pessoa talentosa, me disse que em sua casa está proibido dizer “a coisa está preta”; lá se diz “a coisa está branca”! Pode?

Essa cartilha – que o governo promete consertar, como se tal coisa tivesse conserto – pode abrir caminho para restrições à liberdade de expressão, se não em termos de lei, por induzir pais de família e professores a discriminar textos literários ou jornalísticos e, conseqüentemente, seus autores. No que me toca, já estou de orelhas em pé, pois acabo de lançar um livro para crianças (!) cujo título é *Dr. Urubu e suas fábulas*. Para azar meu, o poema que dá título ao livro começa assim: “Doutor urubu, a coisa está preta”.

Temo ser levado ao tribunal da Inquisição por incorrer em duplo delito, pois, além de usar a expressão condenada, ainda dou a entender que a

frase alude à cor negra da ave, e logo que ave! Um urubu, bicho repugnante, que só come carniça! Adiantaria alegar que não fui eu quem pintou o urubu de preto? Minha sorte é que vivemos numa democracia, e o nosso povo, por índole, é pouco afeito ao fanatismo desvairado, em que pesem as exceções.

Exagero? Pode ser, mas, se exagero, é de propósito, para pôr à mostra o que há de perigoso e burro nesses defensores do politicamente correto, porque, se não há o perigo da fogueira, há o perigo do império da burrice ir tomando conta do país. E tudo devidamente enfeitado de boas intenções.

Sim, porque, conforme alegou o autor da cartilha, ela foi concebida com o propósito de resguardar a suscetibilidade de brancos e negros, de judeus e muçulmanos, de cearenses e baianos, de palhaços e beatas... Até os comunistas foram beneficiados sob o pretexto de terem sido vítimas de graves calúnias. Não sei se a Secretaria de Direitos Humanos acha natural chamar os outros de fascistas ou nazistas; quanto a acoimá-los de vigaristas, creio que não, pois isso ofenderia os vigários em geral. Não posso afirmar se a cartilha resguarda também a suscetibilidade dos chifrudos, dos pançudos, dos narigudos, dos cabeludos e dos cabeçudos; dos pirocudos, acredito que não, pois isso é tido como elogio. Mas e as moças de pouca bunda e poucos seios (do tipo Gisele Bündchen), que o pessoal apelida de “tábua”? E os gorduchos, apelidados de “bolão”? Os magricelas, de “espeto”? E os baixotes, chamados de “meia porção”? Isso sem falar num respeitável senador da República a quem seus confrades – acredito que sem malícia – apelidaram de “lapiseira”.

Estou de acordo com que não se deva tratar pessoa nenhuma por apelidos depreciativos. Por exemplo, num papo com Bin Laden, eu teria a cautela de não chamá-lo de terrorista, especialmente se ele estivesse acompanhado de um homem-bomba. Do mesmo modo agiria com o juiz Nicolau, a quem nunca trataria de “Lalau”, embora certamente não lhe revelasse a senha de meu cartão de crédito.

Como se vê, isso de falar politicamente correto envolve muitos problemas, porque não se trata de engessar apenas o humor (bom ou mau) das pessoas, mas de engessar o próprio idioma. Falar, de certo modo, é reinventar a língua, já que o que se diz estava por ser dito e, ao dizê-lo, damos-lhe uma forma imprevisível até para nós mesmos. Além disso, há pessoas especialmente dotadas de verve, que nos surpreendem (e a si próprias) com expressões às vezes irônicas, sarcásticas ou simplesmente engraçadas. Criam modos de dizer inusitados, apelidos, ditos, tiradas, que nos divertem e enriquecem o nosso falar

cotidiano. E que falar assim é um exercício de liberdade (para o bem ou para o mal) que não cabe nos preceitos de uma cartilha ou de um código de censura.

Aliás, para terminar, sugiro que mudem os nomes de certos insetos, como barata, formiga e piolho, por coincidirem lamentavelmente com os sobrenomes de algumas respeitáveis famílias brasileiras.

15.5.2005.

Gullar, Ferreira. *A alquimia na quitanda: artes, bichos e barulhos nas melhores crônicas do poeta*. São Paulo: Três Estrelas, 2016.

1. Considerado em sua estrutura compositiva, o texto, predominantemente, é:

- Ⓐ narrativo
- Ⓑ descritivo
- Ⓒ argumentativo
- Ⓓ científico
- Ⓔ panfletário

2. Marque a alternativa que traz o foco narrativo do texto:

- Ⓐ primeira pessoa do singular
- Ⓑ primeira pessoa do plural
- Ⓒ segunda pessoa do singular
- Ⓓ terceira pessoa do singular
- Ⓔ terceira pessoa do plural

3. Aponte a alternativa que apresenta o tema central focalizado pelo texto:

- Ⓐ Falar politicamente correto é uma necessidade imperativa para o aperfeiçoamento da linguagem humana.
- Ⓑ O idioma pode ser engessado pela imposição do falar politicamente correto e pela censura a expressões populares.
- Ⓒ A liberdade de expressão está devidamente contemplada numa cartilha produzida pelo governo federal.
- Ⓓ Para se expressar fluentemente é preciso falar politicamente correto.
- Ⓔ O humor, a graça e a leveza somente são admissíveis se a expressão estiver politicamente correta.

4. Uma **figura de linguagem** se evidencia com destaque no texto, e exerce uma função essencial na linha dissertativa construída ao longo da composição. Indique essa figura de linguagem:

- Ⓐ hipérbole
- Ⓑ eufemismo
- Ⓒ catacrese
- Ⓓ antítese
- Ⓔ ironia

A passagem a servir servirá de base para as próximas questões **05** e **06**:

“Embora todo mundo já tenha escrito sobre **a tal cartilha** que a Secretaria Especial de Direitos Humanos do governo federal elaborou e editou, também vou **meter o bedelho** no assunto.”

5. No tocante ao uso da expressão grifada “a tal”, numa referência à cartilha aludida no texto, é **CORRETO** afirmar o seguinte:

- Ⓐ O emprego da expressão agrega valorização ao termo referenciado.
- Ⓑ O uso da expressão assinala violação à expressão politicamente correta.
- Ⓒ Há indicação de enaltecimento do termo evidenciado.
- Ⓓ Há uma nítida marca irônica e depreciativa ao termo referenciado.
- Ⓔ O uso da expressão denota um desconhecimento em relação ao termo aludido.

6. Encontre um **verbo sinônimo** ou uma **locução verbal sinônima** para a expressão grifada “meter o bedelho”:

- Ⓐ opinar
- Ⓑ argumentar concordando
- Ⓒ intermediar julgando
- Ⓓ interferir
- Ⓔ interpelar

7. Releia e responda: “Não faz muito, surgiu uma onda exigindo que se **expurgassem** dos dicionários palavras como “judiação” ou “judiar”, sob o argumento de que são expressões antissemitas.” Entre os verbos a seguir especificados, apenas um **NÃO** pode ser considerado **sinônimo** do verbo destacado. Encontre-o:

- Ⓐ corrigir
- Ⓑ expulsar
- Ⓒ expelir
- Ⓓ purgar
- Ⓔ cristalizar

8. O título do texto faz referência significativa a uma expressão inserta no universo das chamadas “expressões politicamente corretas”. Marque a alternativa **CORRETA**, de acordo com o texto, em relação ao sentido contido no título:

- Ⓐ O título evidencia um trocadilho que indica um jogo de cores opostas, construído ao longo da composição.
- Ⓑ O título incursiona pelo sentido do dito popular, aduzindo, ironicamente, seu entendimento em relação à expressão do falar politicamente correto.
- Ⓒ O título sugere uma concordância do narrador com os termos ponderados por seu amigo.
- Ⓓ A expressão do título traz uma expressão sinônima precisa do dito popular.
- Ⓔ O adjetivo presente na expressão do título remete, apenas, ao preconceito racial.

9. Releia a passagem e responda: "Adiantaria alegar que não fui eu quem pintou o urubu de preto?" A respeito dessa declaração, podemos afirmar o seguinte:

- (a) A ironia não é cabível, haja vista que foge inteiramente à linha argumentativa da composição.
- (b) A inserção de uma ave – o urubu – acrescenta um elemento estranho ao texto, ensejando incoerência nas ponderações.
- (c) O narrador brinca com as palavras e expressões e, num tom divertido, ironiza e dá leveza ao texto.
- (d) Não faz qualquer sentido inserir o verbo "pintar", cujo campo semântico contrasta na estrutura compositiva.
- (e) A admissibilidade de impotência do narrador atesta sua resignação com a força imponderável do dito em contrário.

10. Releia a passagem e responda: "**Doutor urubu**, a coisa está preta". Dê a função sintática do termo grifado:

- (a) vocativo
- (b) aposto
- (c) adjunto adverbial
- (d) adjunto adnominal
- (e) sujeito

11. Releia e responda: "**Como** se vê, isso de falar politicamente correto envolve muitos problemas,..." Identifique a relação de sentido que o conectivo sublinhado fixa com a construção antecedente:

- (a) concessão
- (b) finalidade
- (c) oposição
- (d) conformidade
- (e) negação

12. Releia e responda: "Do mesmo modo agiria com o juiz Nicolau, a quem nunca trataria de "Lalau", **embora** certamente não lhe revelasse a senha de meu cartão de crédito." Classifique a conjunção destacada:

- (a) aditiva
- (b) explicativa
- (c) final
- (d) condicional
- (e) concessiva

13. Releia e responda: "Minha sorte é que vivemos numa democracia, e o nosso povo, por índole, é pouco afeito ao **fanatismo desvairado**, em que pesem as exceções." Dê a função sintática do termo grifado:

- (a) complemento nominal
- (b) predicativo do sujeito
- (c) predicativo do objeto
- (d) objeto indireto
- (e) agente da passiva

14. Releia e responda: "Além disso, há pessoas especialmente dotadas de verve, que nos surpreendem (e a si próprias) com expressões às vezes **irônicas, sarcásticas** ou simplesmente **engraçadas**." Dê a classificação morfológica das palavras grifadas, apontando a classe gramatical a que pertencem:

- (a) pronome
- (b) substantivo
- (c) adjetivo
- (d) advérbio
- (e) verbo

15. Releia e responda: "Outra expressão que a ignorância rancorosa considera **insulto racista** é "a coisa está preta",..." Qual é a função sintática do termo sublinhado?

- (a) adjunto adnominal
- (b) objeto direto
- (c) objeto indireto
- (d) aposto
- (e) complemento nominal

ESPECÍFICA

16. Sobre os direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar:

- (a) A associação profissional ou sindical é permitida, porém restrita.
- (b) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.
- (c) O direito de greve, embora permitido, não foi contemplado pela Constituição Federal de 1988, sendo incorporado pelo ordenamento jurídico pátrio através do Pacto de São José da Costa Rica.
- (d) Muito embora assegure direitos aos trabalhadores urbanos, a Constituição Brasileira é omissa quanto aos dos trabalhadores rurais.
- (e) O salário mínimo será definido por lei e variará de acordo com cada Estado da Federação.

17. Ao disciplinar o tema dos partidos políticos, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu o seguinte:

- I - caráter estadual.
- II - proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;
- III - prestação de contas à Justiça Eleitoral;
- IV - funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- (a) I e II.
- (b) I, III e IV.
- (c) III e IV.
- (d) II, III e IV.
- (e) I, II, III e IV.

18. A Constituição faculta a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Municípios, desde que se faça:

- Ⓐ Por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- Ⓑ Por lei Federal, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- Ⓒ Por lei Federal, dentro do período determinado por Lei Complementar, e dependerão de consulta posterior, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- Ⓓ Por lei Estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar, e dependerão de consulta posterior, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- Ⓔ Por lei Federal, dentro do período determinado por Lei Orgânica, e dependerão de consulta posterior, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

19. Conforme a organização político-administrativa constitucionalmente prevista, compete aos Municípios, EXCETO:

- Ⓐ Suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.
- Ⓑ Criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.
- Ⓒ Legislar sobre assuntos de interesse regional.
- Ⓓ Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental.
- Ⓔ Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

20. Nos dizeres de José Afonso da Silva, "a Constituição se coloca no vértice do sistema jurídico do país, a que confere validade, e que todos os poderes estatais são legítimos na medida em que ela os reconheça e na proporção por ela distribuídos. É, enfim, a lei suprema do Estado, pois é nela que se encontram a própria estruturação deste e a organização de seus órgãos; é nela que se acham as normas fundamentais de Estado, e só nisso se notará sua superioridade em relação às demais normas jurídicas".

(José Afonso da Silva, *Curso de direito constitucional positivo*, p. 47 e 49.)

Ao se referir à Constituição de tal forma, o autor se refere ao:

- Ⓐ Princípio da supremacia da constituição.
- Ⓑ Princípio da Legalidade.
- Ⓒ Princípio da força secundária da constituição.
- Ⓓ Fato de a constituição servir apenas como parâmetros para as leis posteriores à sua promulgação.
- Ⓔ Fenômeno da reconstituição.

21. São atributos do ato administrativo, EXCETO

- Ⓐ Presunção de legitimidade e veracidade.
- Ⓑ Imperatividade.
- Ⓒ Autoexecutoriedade.
- Ⓓ Tipicidade.
- Ⓔ Fragmentariedade.

22. João, funcionário público, recebeu de Fred um imóvel para ser beneficiado em um processo licitatório que aconteceria no Município "X". Tendo por base que o ato praticado por João, é correto afirmar:

- Ⓐ Se João for condenado por ato de improbidade administrativa, não poderá sofrer sanção penal, em atenção ao princípio do *ne bis in idem*.
- Ⓑ Caso João sofra alguma sanção penal, não será obrigado a indenizar em qualquer hipótese.
- Ⓒ O ato praticado por João está previsto na Lei de Improbidade administrativa, que tem natureza de ilícito penal.
- Ⓓ O ato praticado por João é atípico, não sofrendo qualquer repercussão da lei nas esferas civil ou penal.
- Ⓔ Trata-se de ato previsto na Lei de Improbidade Administrativa, que tem natureza de ilícito civil e político, podendo também, se for o caso, o ato ser tipificado como crime, sofrendo repercussão penal, conforme previsão legal.

23. As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa podem ser propostas:

- Ⓐ Até dez anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- Ⓑ Até um ano após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- Ⓒ Até cinco anos, ainda que antes do término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- Ⓓ Até três anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

- Ⓔ Até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

24. Dentre os atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário, podemos afirmar o seguinte, EXCETO:

- Ⓐ Frustrar a licitude de concurso público.
Ⓑ Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
Ⓒ Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.
Ⓓ Conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
Ⓔ Frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente.

25. "A contribuição de melhoria veio a ser instituída em nosso país com o advento da Constituição de 1934, mais exatamente no seu art. 124. Posteriormente, com o surgimento do CTN, em 1966, tal gravame foi enunciado nos arts. 81 e 82, nos quais são feitas as menções aos limites global e individual de sua cobrança" (Direito Tributário, Eduardo Sabbag, 2020).

Sobre este imposto, é correto afirmar:

- Ⓐ Sua existência se justifica como freio ao enriquecimento involuntário de proprietários de imóveis adjacentes a obras particulares que os valorizam, fazendo com que, em troca da valorização imobiliária, eles venham a pagar uma indenização ao Estado por saborear esse incremento econômico.
Ⓑ O tributo contribuição de melhoria exterioriza-se de maneira totalmente autônoma em relação aos demais gravames, e tem como bússola para sua cobrança a proporção do benefício efetivamente experimentado pelo contribuinte, decorrente de obra pública realizada pelo Poder Público.
Ⓒ O sujeito passivo é o morador do imóvel que circunvizinha a obra pública geradora de sua valorização imobiliária.
Ⓓ O fato gerador da contribuição de melhoria reside no valor da obra pública.
Ⓔ Para ensejar a cobrança do referido tributo, deve ser estabelecida uma relação indireta entre a obra pública construída a valorização imobiliária dela decorrente.

26. No que concerne às limitações ao poder de tributar, a CF/88 afirma ser vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça. Tal exigência corresponde ao princípio da:

- Ⓐ Anualidade.

- Ⓑ Adstrição.
Ⓒ Legalidade.
Ⓓ Taxatividade.
Ⓔ Boa-fé objetiva.

27. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

- I - Propriedade predial e territorial urbana.
II - Transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
III - Serviços de qualquer natureza.
IV - Imposto sobre propriedade territorial rural.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- Ⓐ I e II.
Ⓑ I e III.
Ⓒ I e IV.
Ⓓ I, II e III.
Ⓔ I, II, III e IV.

28. A prefeitura municipal do Município "X" deseja contratar uma associação de pessoas com deficiência para prestação de serviços em sua sede. Com base na Lei 8.666/96, é correto afirmar que a licitação para este caso será:

- Ⓐ Dispensável, desde que a associação seja sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgão da Administração Pública e o preço contratado seja compatível com o de mercado.
Ⓑ Dispensável, bastando que a associação seja de comprovada idoneidade e o preço contratado seja compatível com o de mercado.
Ⓒ Dispensável, bastando que o preço contratado seja compatível com o de mercado, por refletir uma ferramenta eficaz para a inclusão.
Ⓓ Dispensada, desde que a associação seja sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgão da Administração Pública e o preço contratado seja compatível com o de mercado.
Ⓔ Dispensada, bastando que a associação seja de comprovada idoneidade e o preço contratado seja compatível com o de mercado.

29. Policarpo deseja se habilitar para participar de licitação para aquisição de gêneros alimentícios. Para tanto, de acordo com a Lei nº 8.666/93, ele precisará fornecer a seguinte documentação, exceto:

- Ⓐ Habilitação jurídica.
Ⓑ Licenciamento ambiental.
Ⓒ Qualificação técnica.
Ⓓ Qualificação econômico-financeira.
Ⓔ Regularidade fiscal e trabalhista.

30. De acordo com a Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo, dentre outros, o administrado tem direito assegurado de:

- Ⓐ Ser tratado com respeito pelos servidores públicos, mas sem qualquer tipo de facilitação para o exercício de seus direitos.
- Ⓑ Ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, desde que assistido por advogado, podendo requerer cópias, mediante pronto pagamento.
- Ⓒ Apresentar documentos antes da decisão, porém sem direito a formulação de alegações.
- Ⓓ Ser assistido, obrigatoriamente, por advogado.
- Ⓔ Sem prejuízo de outros direitos que lhe sejam assegurados, conhecer das decisões proferidas em processo administrativo em que seja interessado.

31. No que tange aos deveres do administrado no processo administrativo, temos que este deverá

- Ⓐ Expor os fatos conforme lhe for conveniente.
- Ⓑ Proceder com lealdade e urbanidade, não exigindo-se, contudo, a boa-fé.
- Ⓒ Agir de modo temerário.
- Ⓓ Prestar as informações que lhes forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.
- Ⓔ Contratar um advogado, tão logo seja cientificado da existência de um processo administrativo em que figure como parte.

32. Acerca da desapropriação, podemos afirmar que:

- Ⓐ A desapropriação por interesse social será decretada para promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar o seu uso ao bem estar social, conforme a Constituição Federal de 1988.
- Ⓑ Não se considera interesse social para fim de desapropriação o estabelecimento e a manutenção de colônias ou cooperativas de povoamento e trabalho agrícola.
- Ⓒ O expropriante tem o prazo de 4 (quatro) anos, a partir da decretação da desapropriação por interesse social, para efetivar a aludida desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado.
- Ⓓ Os bens desapropriados não serão objeto de venda ou locação, por vedação expressa da lei.
- Ⓔ O aproveitamento do bem improdutivo ou sem correspondência com as necessidades de habitação não poderá ser considerado de interesse social.

33. NBC TSP 13, de 18 de Outubro de 2018, trata sobre:

- Ⓐ Entidades privadas, fundos e pessoas jurídicas de direito público.
- Ⓑ Órgãos, fundos, Holding e pessoas jurídicas de direito público.
- Ⓒ Eirelli, órgãos, fundos e pessoas jurídicas de direito público.
- Ⓓ Entidades que elaboram e apresentam as demonstrações contábeis de acordo com o regime de competência.

- Ⓔ Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis.

34. A NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, em seu capítulo dois trata sobre:

- Ⓐ Objetivos e Usuários da Informação Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público
- Ⓑ Função, Autoridade e Alcance da Estrutura Conceitual
- Ⓒ Passivos em que a entidade detém o controle, os riscos e os benefícios deles decorrentes.
- Ⓓ Ativos em que a entidade deve ter o direito de propriedade.
- Ⓔ Passivos em que a entidade tem como direito de propriedade e detém o controle, os riscos e os benefícios deles decorrentes.

35. A Empresa Estrela Guia efetuou uma compra de material de estoque no valor de 12.000,00 para pagar a prazo. Nesse lançamento será registrado:

- Ⓐ Um débito na conta estoques e um crédito em conta fornecedores
- Ⓑ Um débito na conta receita, mesmo antes da venda.
- Ⓒ Um Registro em conta redutora do passivo e um crédito na conta de lucro operacional.
- Ⓓ Um débito na conta de estoques e um crédito em clientes.
- Ⓔ Um débito na conta de estoques e um crédito em conta banco.

36. A Sociedade Pague Mais, efetuou uma compra de material de estoque no valor de 8.000,00 através de transferência bancária. Nesse lançamento será registrado:

- Ⓐ Um débito na conta estoques e um crédito em conta fornecedores
- Ⓑ Um débito na conta de receita e um crédito na conta banco.
- Ⓒ Um Registro em conta redutora do passivo e um crédito na conta de lucro operacional.
- Ⓓ Um crédito na conta de estoques e um débito conta banco.
- Ⓔ Um débito na conta de estoques e um crédito em conta banco.

37. A Sociedade Pague Mais, efetuou o seguinte lançamento contábil:

D- Estoque 12.000,00
C- Banco 2.000,00
C- Fornecedores 10.000,00

De acordo com as normas de escrituração contábil, o registro acima corresponde a:

- Ⓐ Lançamento de Primeira Fórmula.

- ⓑ Lançamento de Segunda Fórmula.
- ⓒ Lançamento de Terceira Fórmula.
- ⓓ Lançamento de Quarta Fórmula.
- ⓔ Lançamento de Quinta Fórmula.

38. Segundo o artigo 20 da lei 4.320/64, os investimentos serão:

- ⓐ Elementos essenciais do registro contábil.
- ⓑ Consignados e devem incorporar ao patrimônio das empresas privadas de fins lucrativos.
- ⓒ Discriminados na Lei de Orçamento segundo os projetos de obras e de outras aplicações
- ⓓ Objetos de um Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital, aprovado por decreto do Poder Executivo, abrangendo, no mínimo um triênio.
- ⓔ As propostas parciais das unidades administrativas, organizadas em formulário próprio

39. O objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informação para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. Assinale a alternativa que contém somente características qualitativas contidas no capítulo três da NBC TSP – Estrutura Conceitual.

- ⓐ Comparabilidade, Oportunidade, Confiabilidade, Fidedignidade, Visibilidade, Função.
- ⓑ Relevância, Representação Fidedigna, Compreensibilidade, Tempestividade, Comparabilidade, Verificabilidade.
- ⓒ Comparabilidade, Compreensibilidade, relevância, Fidedignidade, Visibilidade
- ⓓ Relevância, Compreensibilidade, Confiabilidade, Fidedignidade, Visibilidade
- ⓔ Comparabilidade, Compreensibilidade, Confiabilidade, Fidedignidade, Oportunidade.

40. Quanto a lei 4.320/64 em seu artigo 40, são créditos adicionais:

- ⓐ As autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento
- ⓑ A fixação das cotas a que se refere a programação da despesa.
- ⓒ A programação da despesa orçamentária
- ⓓ Objeto de lançamento dos impostos diretos e quaisquer outras rendas
- ⓔ Os agentes da arrecadação